

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA
COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL - DGTP/SMTC
DECISÃO ADMINISTRATIVA
Decisão nº 34 / 2020 CMRI**

Porto Alegre, 26 de janeiro de 2021.

Recurso nº 002803-20-06

Recorrente: SIGILO R.D.

Órgão Requerido: Secretaria Municipal de Educação (SMED)

Relator: Secretaria Municipal de Relações Institucionais

1. Relatório

1.1 Resumo do pedido original

O requerente solicita maiores informações quanto aos dados apresentados pela Prefeitura de Porto Alegre na reportagem do jornal Folha de São Paulo, do dia 30 de agosto de 2020: *"Alunos da rede pública ficam meses sem atividades remotas na pandemia"*.

1.2 Razões do órgão/entidade requerida

A SMED respondeu aos questionamentos, porém, não contemplou todas as perguntas trazidas na solicitação inicial. O requerente solicitou o reexame, e na resposta a secretaria informa ter respondido ao solicitado, invocando o sigilo conferido pela Lei de Acesso à Informação quanto à solicitação de acesso à origem dos dados veiculados na reportagem.

1.3 Razões do(a) recorrente

No recurso dirigido à CMRI, o requente alega não ter sido a sua demanda contemplada nas respostas da SMED, dessa forma questiona:

- Como a Prefeitura Municipal de Porto Alegre pôde informar algo como "dias de aula antes da

pandemia" se as escolas da rede municipal de ensino de Porto Alegre iniciaram suas aulas no ano letivo de 2020 em dias diferentes?

- Em virtude da informação de que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre ofertou "aulas e programas educativos na TV, rádio e na internet", solicita-se que sejam informados que aulas e programas educativos foram esses.

- Quais foram os dias letivos efetivamente cumpridos até a suspensão das aulas presenciais, em 18 de março de 2020.

Além do acima exposto, solicita acesso à origem dos dados veiculados na reportagem referente ao Município de Porto Alegre.

2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto dentro do prazo legal de 10 dias da ciência da decisão, sendo dessa forma tempestivo e o requerente é parte legítima para recorrer e solicitar reexame da matéria.

3. Análise do mérito

Em 10/12/2020, esta CMRI encaminhou o despacho (12489640) solicitando o atendimento aos esclarecimentos apresentados pelo recorrente ou que fosse apresentada as contra-razões para o não atendimento. Face à não manifestação da SMED, em 10/01/2021 foi reiterada a solicitação (12783633). Até a presente data, não houve manifestação da secretaria acerca da demanda.

Analisando os questionamentos demandados pelo recorrente, não encontramos impedimento legal para o fornecimento das informações, visto que estão amparadas pela Lei de Acesso à Informação.

4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), por unanimidade dos presentes, decide dar provimento ao recurso. Solicitamos à SMED atender aos questionamentos apresentados pelo requerente, integralmente, de forma objetiva e clara, bem como o acesso ao conteúdo do e-mail trocado com o veículo de imprensa em questão.

5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificação do recorrente, da presente Decisão.

De acordo:

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – **SMPG**
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – **SMPG**
Coordenação de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria Municipal de Relações Institucionais - **SMRI**

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Procuradoria Geral do Município – **PGM**

Gabinete do Prefeito – **GP**

Recurso CMRI nº 002803-20-06



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 26/01/2021, às 15:55, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 26/01/2021, às 15:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Baptista Franken, Técnico Responsável**, em 26/01/2021, às 15:58, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Aline Silva Maciel, Servidor Público**, em 26/01/2021, às 16:16, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Karina Cardoso Lopes, Assistente Administrativo**, em 27/01/2021, às 11:22, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maristela Antunes Furre, Servidor Público**, em 27/01/2021, às 11:26, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor**



Público, em 27/01/2021, às 11:49, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **12945161**
e o código CRC **78387A71**.

20.0.000097755-2

12945161v13